

HABEAS CORPUS Nº 569.982 - SP (2020/0077861-6)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : SANDRA DANIELA RODRIGUES MOREIRA PATEIRO
ADVOGADO : SANDRA DANIELA RODRIGUES MOREIRA PATEIRO -
SP337342
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : VINICIUS DE PAULA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. PRISÃO PROCESSUAL. INSTRUÇÃO DEFICIENTE DO FEITO. AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO ESSENCIAL À ANÁLISE DA CONTROVÉRSIA. PETIÇÃO INICIAL INDEFERIDA LIMINARMENTE.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de VINICIUS DE PAULA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido no julgamento do HC n.º 2030177-15.2020.8.26.0000.

Ao que se tem dos autos, o Paciente foi preso preventivamente por trazer consigo e transportar aproximadamente **2Kg de maconha** no dia 11/02/2020 (fl. 25).

Em suma, sustenta-se a ausência dos pressupostos para manutenção da custódia cautelar.

É o relatório necessário. Decido.

Verifico que o *writ* foi mal instruído, porquanto a Parte Impetrante não juntou aos autos cópias de documentos imprescindíveis para analisar a viabilidade do pleito deduzido, quais sejam, **decreto preventivo e posterior decisão de indeferimento de liberdade provisória**.

Como se sabe, **compete à Defesa narrar e instruir completa e adequadamente o habeas corpus** – v.g. STJ, HC 245.430/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 21/02/2013, DJe 28/02/2013.

Dessa forma, como a Defesa não se desincumbiu do ônus de formar adequadamente os autos, olvidando-se de que o *habeas corpus* "*pressupõe prova pré-constituída do direito alegado*" (STJ, HC 437.808/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 28/06/2018), não há como apreciar o mérito do *writ*.

Superior Tribunal de Justiça

Com igual conclusão, cito ainda os seguintes precedentes do Superior Tribunal de Justiça:

"AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. **INDEFERIMENTO LIMINAR**. [...]. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. ÔNUS DA DEFESA. IMPOSSIBILIDADE DE JUNTADA POSTERIOR DE DOCUMENTOS. [...]. DESPROVIMENTO DO RECLAMO.

[...]

3. *O rito do habeas corpus e do recurso ordinário em habeas corpus pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a parte demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos que evidenciem a pretensão aduzida, a existência do aventado constrangimento ilegal suportado pelo acusado, ônus do qual não se desincumbiu a defesa, exercida por profissional da advocacia.*

4. *Cumpra-se à defesa zelar pela correta formação do caderno processual que será apresentado à apreciação judicial, em respeito ao princípio dispositivo que vige no ordenamento jurídico pátrio, resguardando-se, assim, a necessária imparcialidade do órgão julgador.*

5. *É ônus do impetrante instruir corretamente a ação constitucional com toda documentação necessária à apreciação das alegações nele formuladas no momento da sua apresentação, não se admitindo a posterior juntada de documentos imprescindíveis ao exame do pedido e que não foram anexados tempestivamente. Precedentes.*

6. [...].

7. *Agravo regimental desprovido.*" (AgRg no HC 547.736/MA, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 03/12/2019, DJe 16/12/2019; sem grifos no original.)

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INSTRUÇÃO E NARRATIVA DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO E ESCLARECIMENTOS ESSENCIAIS À ANÁLISE DA CONTROVÉRSIA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE INDEFERIMENTO LIMINAR DA PETIÇÃO INICIAL QUE SE IMPÕE. AGRAVO DESPROVIDO.

1. *Compete à Defesa narrar e instruir completa e adequadamente o remédio constitucional do habeas corpus (ou seu respectivo recurso), por cuidar-se de procedimento que 'pressupõe prova pré-constituída do direito alegado' (STJ, HC 437.808/RJ, Rel. Min. JORGE MUSSI, Quinta Turma, DJe de 28/06/2018). Assim, ao não se desincumbir do ônus de formar e narrar adequadamente os autos quando da impetração do writ, a Parte Impetrante impede a apreciação do mérito do writ.*

2. *Agravo regimental desprovido.*" (AgRg no HC 526.388/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 05/09/2019, DJe 17/09/2019; sem grifos no original.)

Superior Tribunal de Justiça

Por fim, esclareça-se à Defesa que **nada impede nova impetração de *habeas corpus*, desde que se juntem os documentos faltantes**, sem ocorrer a configuração de litispendência. A propósito, destaco o seguinte precedente, *mutatis mutandis*:

"[...]...

1. Sendo diversa a pretensão deduzida em ação mandamental anterior, não é possível reconhecer a alegada litispendência. **Ademais, a extinção do processo sem resolução de mérito, salvo o disposto no art. 267, V, não obsta a que o autor intente de novo a ação** (art. 268 do CPC).

2. [...]." (STJ, MS 16.764/DF, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/05/2013, DJe 17/05/2013; sem grifos no original.)

Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora